

ASSEMBLEIA GERAL DA SEMAPA DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012

PROPOSTA RELATIVA AO SISTEMA DE PENSÕES

(PONTO ÚNICO)

Considerando que:

- a) Na Semapa se encontra em vigor um sistema de reforma dos administradores aprovado unanimemente pelos acionistas na assembleia geral da sociedade que teve lugar no dia 30 de Março de 2005;
- b) As responsabilidades assumidas estão a ser provisionadas nas Demonstrações Financeiras da Semapa;
- c) Verifica-se que se vive hoje um contexto económico, social e empresarial muito diferente do contexto que se vivia quando da aprovação do sistema, o que torna pertinente reapreciar os seus impactos para a Semapa;
- d) Na opção entre a sua reformulação ou extinção, considera-se esta última como preferível por evitar a constituição de novas responsabilidades com impactos futuros materialmente relevantes e permitir a redução das responsabilidades já assumidas, e
- e) Importa todavia encontrar uma via que, não esquecendo o contributo prestado à Semapa pelos administradores abrangidos pelo sistema de reformas em apreço, salvede os termos em que se procederá à respetiva extinção ou manutenção, consoante os casos,

Propõe-se:

1. Revogar o sistema de reforma dos administradores aprovado na Assembleia Geral da sociedade do dia 30 de Março de 2005.
2. Salvaguardar os direitos e expectativas dos atuais beneficiários do sistema em relação aos quais já estejam a ser provisionadas responsabilidades nas Demonstrações Financeiras da Sociedade, mantendo o regime para esses administradores e para os atuais reformados, exceto quanto ao valor base da remuneração anual fixa usada para determinação da pensão dos administradores ainda no ativo, que deixa de ser suscetível de aumento superior ao aumento que teria uma pensão nos termos do sistema de reforma que agora se revoga.

3. Extinguir os direitos e expectativas já constituídos, quanto aos interessados abrangidos pelo sistema que o aceitem e em relação aos quais já estejam a ser provisionadas responsabilidades nas Demonstrações Financeiras da Sociedade, mediante o resgate do direito com um desconto que não poderá ser inferior a 17,5% da presente responsabilidade atuarial, em condições a definir pelo Conselho de Administração, com a conclusão do pagamento em prazo não superior a 3 anos a contar desta data.

Lisboa, 4 de Dezembro de 2012

O Conselho de Administração,